

A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE CULTURA EM ANTONIO GRAMSCI: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO PRÉ-CÁRCERE

Cristina Simões Bezerra
Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Pesquisa Questão Social, Território e Serviço Social
Bolsista de Extensão profissional pelo CNPq

Resumo:

O presente artigo tem o objetivo de sistematizar análises sobre o processo de construção, no pensamento social gramsciano, da concepção de cultura no período pré-cárcere e das relações estabelecidas por este autor entre esta concepção e a dinâmica da vida política das classes trabalhadoras italianas no início do século XX.

Palavras-chave: cultura, lutas sociais, pensamento social gramsciano.

Abstract:

This article aims to systematize analysis of the construction process, in the gramscian social thought, culture of design in pre-incarceration period and the relationships established by the author of this design and the dynamics of the political life of the Italian working class in early twentieth century.

Keywords: culture, social social struggles, gramscian social thought

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas durante a elaboração da tese de doutorado intitulada “Globalização e cultura; caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização” defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tivemos, então, a oportunidade de realizar estudos acerca do pensamento de Antonio Gramsci, onde nos interessou, particularmente, a concepção de cultura construída por este autor e a categoria nacional-popular.

Neste trabalho, especificamente, interessa-nos apresentar reflexões acerca da produção de Gramsci no período pré-cárcere, ou seja, entre 1914 e 1926. Esta opção não foi aleatória. Acreditamos que as elaborações gramscianas deste período já contém e definem as principais formulações de sua obra mais madura. No caso da discussão sobre cultura, isto é evidente. Desde os primeiros escritos políticos até os Cadernos do Cárcere, a temática da cultura está

presente e vai, gradativamente, ganhando maior complexidade, tornando-se mais rica e mais completa a partir do momento em que se relaciona intrinsecamente com a discussão de outras esferas do ser social, sobretudo aquela que se refere à política.

A partir de alguns textos de referência sobre o tema, pretendemos, portanto, identificar e analisar o caminho teórico metodológico de Gramsci para a construção das categorias relacionadas à análise da cultura no interior de sua perspectiva marxista de compreensão da realidade italiana.

1 – A PRODUÇÃO PRÉ-CÁRCERE: A CONSTRUÇÃO DO DEBATE CULTURAL EM GRAMSCI

Desde sua passagem pela Universidade de Turim, nos anos de 1911 a 1913, Gramsci demonstrava interesse por temas que, mais tarde, lhe foram centrais em sua discussão sobre cultura. Na Faculdade de Letras, interessou-se particularmente por estudos de lingüística histórica e de literatura italiana, temáticas que voltariam a chamar sua atenção em seus escritos do cárcere. Destes estes primeiros interesses, teria ficado, para Gramsci, uma compreensão, ainda restrita, de que a palavra escrita é o centro da formação cultural em indivíduos e em sociedades inteiras. Desde seus primeiros contatos com o movimento socialista de Turim e o ingresso no PSI, a preocupação com sua própria formação cultural era evidente e tinha clareza da necessidade de uma formação cultural ampla na sociedade, cujo objetivo deveria ser o de divulgar amplamente as idéias socialistas.

A cultura se apresentava como uma questão importante no interior do PSI e era a seção juvenil, à qual Gramsci pertencia, que havia iniciado a incorporação destes temas nos congressos do partido. No interior deste debate, e fazendo parte da chamada “fração da esquerda revolucionária”, Gramsci se preocupava desde cedo com o que mais tarde denominaria de “organização da cultura”, ou seja, com os organismos construídos, no interior de uma sociedade, com a função ideológica de difundir uma determinada cultura.

Desde este primeiro período de elaboração teórica, quando Gramsci ainda era, como ele próprio afirma, “sobretudo tendencialmente crociano”, podemos destacar alguns textos nos quais as primeiras formulações de sua compreensão acerca da cultura ficam mais evidentes. Neste momento, que vai até 1917, existia para Gramsci uma intrínseca relação entre a educação formal e a cultura, onde a primeira era um dos caminhos privilegiados para

se alcançar a segunda. Já existia, no entanto, a certeza de que esta educação não poderia ser alheia e desvinculada da perspectiva de um projeto societário mais amplo. Neste sentido, já se configurava, segundo Gramsci, uma luta ideológica que envolvia, em projetos diferenciados, tanto a educação quanto a cultura.

Em “Socialismo e Cultura” (1916), Gramsci elabora um paralelo e uma oposição entre duas concepções de cultura. Uma delas, que poderíamos chamar de conservadora, aborda a cultura como um “saber enciclopédico”, como uma capacidade de acumular dados que faz com que certas pessoas acreditem ser superiores ao resto da humanidade, estando elas sustentadas pelo que o autor chama de “intelectualismo deletério”. Evidentemente, Gramsci se opõe a esta concepção e defende a compreensão do termo cultura como um processo de auto-domínio e de autoconhecimento que seria a base de uma consciência crítica unitária, uma “nova cultura”. Esta concepção de cultura é considerada por alguns autores como extremamente marcada por um viés idealista.

Desde então, Gramsci já enfatiza um importante elemento, que será mantido em toda sua compreensão acerca desta esfera: a cultura não se forma no homem, enquanto indivíduo ou coletividade, por uma evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade. O homem é uma criação histórica e só como tal pode adquirir a mencionada consciência crítica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento crítico de si mesmo e dos outros, o homem historicamente se eleva, se transforma em um “elemento de ordem”, se diferencia daqueles que o precederam e pode, portanto, propor teleologicamente as ações revolucionárias que tenha necessidade de fazer. Neste sentido, se compreende a afirmação gramsciana, naquele momento, de que toda revolução precisa ser precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica e de penetração cultural.

Já demonstrando uma acentuada preocupação com o elemento classista na dimensão de absorção cultural, Gramsci, em *Homens ou Máquinas?* (1916) critica os socialistas na Itália por defenderem um princípio genérico da necessidade da cultura, mas não se comprometerem com um programa escolar específico, que se diferencie dos outros. Para ele, o modo como o sistema educacional é organizado favorece “os filhos da burguesia” e faz com que a escola e, conseqüentemente, a cultura se transformem em privilégios, relegando o proletariado a perpetuar sua condição de classe, freqüentando as escolas técnicas e profissionais. Gramsci afirma então que o proletariado precisa de uma “escola desinteressada”, humanista, uma

escola de liberdade e de livre iniciativa, onde possa adquirir critérios gerais que sirvam para o desenvolvimento daquela consciência crítica unitária por ele defendida.

Assim, neste primeiro momento de sua produção, Gramsci já levanta importantes elementos a serem considerados em sua discussão sobre cultura. É responsabilidade do projeto socialista arrancar o privilégio de acesso de uma classe à cultura e capacitar criticamente o proletariado, com vistas a prepará-lo culturalmente para realizar as grandes transformações necessárias em uma sociedade. Através de sua formação cultural, o proletariado poderá superar e abandonar uma compreensão fragmentada e imediata da realidade social em que está inserido e alcançar uma dimensão coletiva, unitária e revolucionária. Acreditamos que aqui está o embrião do que Gramsci, mais tarde, chamará da passagem do momento econômico-corporativo da classe trabalhadora para o momento ético-político. Uma transformação cultural, portanto, seria fundamental para esta passagem.

Estas primeiras formulações gramscianas ganharam contornos bem mais definidos a partir de 1917, quando Gramsci intensifica suas atividades como jornalista e sua militância no PSI. Ao mesmo tempo, uma maior aproximação com as discussões da tradição marxista, sobretudo a partir de Lênin, e com a experiência da Revolução Russa faz com que Gramsci acrescente à sua produção, inclusive acerca da esfera cultural, novas e decisivas determinações sócio-históricas.

Diretamente envolvido com órgãos de divulgação e propaganda socialista (La Città Futura, em fevereiro de 1917, Il Grido del Popolo, em setembro de 1917 e Avanti!, em outubro de 1918), Gramsci aponta, com uma clareza cada vez maior, para o caráter de classe da cultura, ou seja, para os elementos de composição de uma autêntica cultura proletária e para as relações que deveria estabelecer com a cultura burguesa, buscando compreendê-la e, conseqüentemente, ter condições de superá-la através da ação política da classe trabalhadora.

Juntamente com outros membros da juventude socialista, aposta na necessidade de que o Partido assuma a defesa desta “cultura para o proletariado”, ou seja, a necessidade de se eliminar, no interior do partido, aquela concepção cultural como um saber enciclopédico e de se construir outra, capaz de preparar e de capacitar o proletariado para um real processo revolucionário. Para Gramsci, o PSI em Turim era formado por uma militância forte, mas essencialmente desorganizada e teoricamente despreparada para uma direção política concreta. Além disso, esta militância estaria submetida a uma liderança formada por intelectuais que, na relação com a base, monopolizava a teoria enquanto conhecimento crítico.

Alguns textos escritos no período de 1917 e 1918 demonstram a preocupação de Gramsci em consolidar a ideia de que uma renovação ideológica e cultural se fazia urgente no movimento socialista italiano, e de que a ação no âmbito do domínio político e econômico deveria ser acompanhada pelo trabalho do organismo de atividade cultural. Neste momento, Gramsci associa esta esfera à capacidade historicamente construída de reflexão, de crítica, de superação, por uma atividade consciente, das perspectivas de alienação e de despolitização. A cultura já se apresenta como uma condição essencial para a emancipação humana, proposta pela perspectiva socialista.

Em “Notas sobre a Revolução Russa” (1917), Gramsci deixa clara esta potencialidade revolucionária do trabalho cultural a ser desenvolvido pelos socialistas. Ao questionar o caráter proletário da Revolução Russa, nosso autor propõe que é necessário que o fato revolucionário se revele, além de um fenômeno de poder, também como um fenômeno de costumes. Assim, é necessário que novos costumes sejam criados, instaurando assim uma nova consciência moral. Em “O Relojoeiro” (1917) Gramsci nos fala da necessidade de uma série de “substituições revolucionárias”, onde, acredita ele, a primeira seria aquela em que a inércia mental dá lugar a uma “vida de pensamento”, a um exercício de reflexão e crítica que, paralelamente a ações no âmbito sócio-econômico e político, possibilitariam a criação de uma nova ordem.

Este momento nos permite observar uma primeira ampliação na perspectiva de Gramsci sobre a cultura. Já existe aqui uma relação clara entre uma capacidade crítica e reflexiva, alcançada pela educação, pela militância e pela formação políticas, e um “modo de vida” mais amplo, um conjunto de valores, de costumes, de práticas que compõem um ponto de convergência para pessoas e grupos diferenciados. Observe-se que aqui, para Gramsci, o elemento de identidade é a situação de classe e, mais precisamente, as condições em que esta classe vive, trabalha, se organiza e, ao mesmo tempo, pensa e problematiza sua vida em sociedade. A “base material”, a “vida social” determina a cultura desta classe (enquanto capacidade de crítica e de reflexão) e a faz projetar outro projeto societário, outro “modo de vida”, outra cultura em seu sentido mais amplo.

Nestas reflexões, Gramsci já questiona a atuação das lideranças do PSI, que vinham se mostrando incapazes de superar “pregações abstratas” à base do partido. Para ele, a vida política e econômica na Itália estaria conduzindo o PSI para um campo reformista e favorecendo um distanciamento entre o proletariado e suas lideranças socialistas,

enfraquecendo as bases daquela cultura socialista a ser ainda construída. Após 1917, Gramsci intensifica seu debate em torno da questão cultural, passando a denunciar uma liderança partidária que monopolizava o conhecimento crítico e a cultura, comprometendo, assim, a luta social do conjunto da classe trabalhadora.

Esta discussão já aponta para as colocações acerca do “novo tipo de intelectual” e do partido político como o grande “intelectual coletivo” da classe trabalhadora. Está minimamente colocada, desde então, a necessidade de se eliminar a perspectiva de uma camada burocrática teórica e culturalmente preparada, propondo uma formação ampla a todo o conjunto da classe trabalhadora, preparando-a para a atividade deliberativa e revolucionária. A defesa gramsciana de um intelectual que “educa e organiza”, impulsionando a base para uma ação política consciente e unitária já se apresenta nestes primeiros elementos de crítica ao PSI.

Em “Para uma associação de cultura” (1917), Gramsci defende que tal associação, promovida pelos socialistas, deve ter finalidade e limites de classe. Uma associação de cultura teria a finalidade de ampliar, ao proletariado enquanto classe, esta preparação cultural, de discutir os problemas da construção do socialismo, esclarecendo-o, propagando-o e fazendo dele a cultura a ser defendida pela classe trabalhadora. Tal associação, ao construir as bases de uma cultura proletária e socialista, instituiria, no interior da classe trabalhadora, novos costumes e valores, mais livres, despreconceituosos e, portanto, revolucionários.

Ter vivenciado o desenvolvimento do processo revolucionário na Rússia reorientou a produção de Gramsci. Se anteriormente existia uma vaga e questionável noção de como a mudança histórica necessária seria culturalmente preparada (FORGACS & NOWELL-SMITH, 1999), a partir do final de 1917, o contato mais próximo com o marxismo e com o trabalho político-prático traz para Gramsci uma maior fundamentação para se incluir a luta ideo-cultural como uma frente necessária e imprescindível para a conquista do poder em torno de um novo projeto societário.

Em “A revolução contra O Capital” (1917), o autor exalta o fato de que, na Rússia, o proletariado tenha sido capaz de “apressar o futuro” e de desenvolver uma vontade social, crítica e coletiva, instaurando assim as bases de um socialismo que tenha condições sócio-históricas de se desenvolver plenamente. Acreditando que, neste país, “os fatos superaram as ideologias”, Gramsci defende que os bolcheviques absorveram a proposta marxiana como um

elemento cultural vivo e dinâmico, e não como uma “doutrina de afirmações dogmáticas e indiscutíveis”.

Assim, em “Filosofia, boa vontade e organização”, de 24 de dezembro de 1917, o próprio Gramsci descreve sua concepção de cultura neste momento:

Dou à cultura este significado: exercício de pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. Para mim, todos já são cultos porque todos pensam, todos relacionam causas e efeitos. Mas o são empiricamente, primordialmente cultos, não organicamente. Conseqüentemente, hesitam, desorganizam-se, tornam-se violentos, intolerantes, briguentos, de acordo com a ocasião e as circunstâncias. Vou me fazer mais claro: tenho uma idéia socrática de cultura, acredito que ela significa pensar bem, em qualquer coisa que se pense, e conseqüentemente, agir bem, em qualquer coisa que se faça. (apud FORGACS & NOWELL-SMITH, 1999, p. 57, tradução nossa)

Por isso, Gramsci afirma que a cultura é um conceito básico para o socialismo, que deve ser organizada, como qualquer outro elemento, a partir da perspectiva socialista. Deve possuir sua própria institucionalidade, através de associações de cultura que, ligadas ao movimento socialista enquanto um projeto de totalidade, constituam em si uma necessidade mais ampla para um projeto alternativo. Cultura se faz, assim, através do processo em que se discutem e se investigam os problemas, onde se permite a participação e a contribuição de todos, onde uma alternativa societária é gestada e assumida como projeto de uma coletividade. Em torno desta ideia mais ampla de cultura, Gramsci particulariza algumas questões.

Em alguns textos do início de 1918 (“A crítica crítica”, “A Liga das Nações” e “Individualismo e coletivismo”), percebemos uma intensa preocupação de Gramsci com a questão nacional e o nacionalismo. Gramsci faz, nesta oportunidade, uma crítica às primeiras formulações do movimento socialista italiano, as quais negligenciaram o estudo, o debate e a solução dos grandes problemas nacionais que, segundo ele, interessavam a todo o proletariado italiano. Posteriormente, Gramsci se preocupa em discutir e compreender o capitalismo como um sistema de bases e leis internacionais e supranacionais, como o mercado externo e a livre concorrência, mas que só conseguiu se construir como tal porque se desenvolveu, de forma mais ou menos intensa, conforme as particularidades naturais e históricas oferecidas por cada país. Na verdade, teríamos aqui o embrião de algo que posteriormente será central na obra mais madura de Gramsci: a concepção de nacional-popular, ou, em outras palavras, a

necessidade de compreensão, por parte do proletariado, das questões específicas do desenvolvimento capitalista em cada nação e da orientação que este fato acaba dando às diferentes experiências do movimento socialista.

Neste debate em torno de uma “questão nacional” se coloca para Gramsci, por exemplo, a questão de uma língua nacional que, enquanto construção histórica, está diretamente vinculada à complexidade das atividades sociais das pessoas que a falam. Por isso, pondera Gramsci, não é possível criar uma língua universal, como era a proposta do Esperanto, no início do século XX, nem mesmo uma língua nacional que seja fixa no tempo e no espaço. Novas correntes e novos usos da língua são introduzidos pela dinâmica da luta social de diferentes classes, que surge na história de forma politicamente organizada e desperta novas curiosidades morais, intelectuais e linguísticas.

Em “Cultura e luta de classes”, de 25 de maio de 1918, Gramsci enfatiza que a preocupação com uma “nova cultura”, de bases socialistas, não é uma mera questão retórica, mas uma necessidade urgente. Segundo ele, Turim constituiu-se como uma cidade moderna, que conta com um movimento socialista complexo, mas com sérias carências culturais e intelectuais. A classe operária, crescente, absorvia gradativamente novos indivíduos que, no entanto, não compreendiam plenamente a luta de classes e a consequente exploração à qual estavam submetidos. Por isso, Gramsci reafirmava a urgência do trabalho e da organização cultural.

O socialismo se apresenta, então, neste momento da produção gramsciana, como um projeto societário a ser construído não só pela organização política e econômica, mas também por uma intensa atividade cultural, capaz de revolucionar também o saber e a vontade, aprofundando uma consciência de liberdade e de ação. Nesta ampla atividade cultural, Gramsci inclui também a arte, principalmente a literatura e o teatro, que devem apresentar-se como instâncias de reflexão e de debate, de reconhecimento e de propostas, onde as classes trabalhadoras possam exercer sua função de classe fundamental na sociedade. Mais uma vez, como podemos perceber, Gramsci amplia sua concepção em torno deste termo, incluindo elementos de manifestação e de expressão cultural, tais como as artes e a produção intelectual.

O denominado “Biênio Vermelho” (1919-1920), na Itália, trouxe novas e significantes inquietações para a produção gramsciana, a qual inova não só no que se refere à ação política do proletariado, mas também com relação às suas formulações sobre cultura. Um período de

grande efervescência militante estava se apresentando para Gramsci naquele momento e o desafia a novas formulações teóricas e posições práticas.

Para Gramsci, a especificidade da revolução proletária, o que faz dela “a maior das revoluções”, é sua proposta de instaurar uma nova ordem e uma nova disciplina, e não apenas de corrigir a forma da propriedade privada ou da figura do Estado. Em sua opinião, os bolcheviques souberam dar uma nova organicidade ao povo russo, desagregado e desorganizado, em torno de outra vontade coletiva, capaz de romper com a cultura atrasada e dominante, vigentes até a Revolução, e de desenvolver e enriquecer outra cultura, construída em relação direta com a inserção diferenciada da classe trabalhadora no mundo da produção. Os soviets teriam, também, uma dimensão cultural, viabilizada pela realização de uma obra de propaganda, de esclarecimento e de educação entre o proletariado, acerca dos princípios revolucionários a serem fortalecidos.

Em “Questões de Cultura” (1920), Gramsci procura resumir estas idéias. Afirma que a revolução proletária pressupõe um novo conjunto de normas, novas maneiras de sentir, pensar e viver que, construídas a partir do modo de vida das classes trabalhadoras, deverão se tornar dominantes em uma sociedade pós-revolucionária. Assim, paralelamente à questão de conquistar o poder econômico e político, o proletariado deve se colocar também o problema de conquistar o poder intelectual, organizando-se culturalmente para a produção de novos valores, de uma nova “concepção de mundo”.

Bastante influenciado por esta experiência na URSS, Gramsci procurou identificar, na sociedade italiana, as organizações que pudessem ter esta mesma função dos soviets, ou seja, conter potencialmente o Estado socialista, organizar culturalmente e dar poder ao proletariado na construção das bases de uma nova sociedade. Em “Democracia operária” (1919), estão colocadas as bases desta assimilação gramsciana entre os soviets e os conselhos de fábrica, que, em sua opinião, já contém potencialmente o Estado socialista.

Para este autor, os Conselhos de Fábrica teriam também uma importante função cultural, entendida como a de materializar, de tornar real, num primeiro momento, aquela que ele mesmo denominou de uma “cultura socialista”. Nos Conselhos, o proletariado teria a oportunidade de exercitar esta cultura, através da resistência à herança do capitalismo e da afirmação de princípios e valores orientadores de uma prática socialista: o autogoverno, a lealdade e a disciplina, a participação ativa e permanente, o sentimento rigoroso de responsabilidade, o coletivismo e a experiência associativa, a solidariedade operária como

algo positivo e permanente. Os Conselhos seriam, assim, um órgão de educação recíproca e de desenvolvimento de um novo espírito social, de uma nova cultura, enfim, capaz de garantir uma unificação orgânica de toda a classe trabalhadora. Gramsci reconhece, então, que, numa perspectiva radicalmente marxista, as mudanças operadas pelos Conselhos na esfera da produção são determinantes na configuração desta nova cultura.

Neste sentido, a conquista do Estado proletário constitui, segundo Gramsci, um processo de desenvolvimento que pressupõe um trabalho preparatório de organização e de propaganda que, neste caso, é desenvolvido e construído também culturalmente, através da participação do proletariado na lógica dos conselhos.

Como já ponderamos, Gramsci estava, desde 1917, bastante preocupado com o caráter reformista que vinha ganhando força no interior do socialismo italiano. Segundo suas análises, elaboradas ao longo de todo o ano de 1920, o crescimento repentino vivenciado pelo Partido o havia desvitalizado, ao invés de fortalecê-lo, e isso em decorrência da perda de contato da direção com as massas em movimento, levando o partido a uma crise de marasmo e de letargia. Faltava, e isso ficou evidente após a Greve de abril, a capacidade organizativa de fazer da revolução um ato contínuo, de reconstrução a partir de um sentido comunista, de introduzir uma nova ordem e construir um novo Estado.

O PSI teria falhado, então, exatamente em sua função cultural de educar, formar politicamente e capacitar as massas a se organizarem em classe dirigente e dominante. A classe operária deveria estar preparada para uma gestão social diferente, com “a cultura e a psicologia de uma classe dominante” capaz de debater e de se educar reciprocamente. Neste sentido, então, o PSI não tinha contribuído na construção de uma verdadeira “cultura socialista”, estando tomado por uma retórica vazia e impotente no aspecto político, com uma atuação meramente parlamentar.

Por isso, torna-se urgente para Gramsci, a partir deste momento, uma renovação do Partido Socialista. Era preciso abandonar a atuação meramente parlamentar e os estreitos limites da democracia burguesa, atuando diretamente no cotidiano das lutas empreendidas, no caso, pelo sistema dos conselhos. Era preciso desenvolver um trabalho intensivo de educação política das massas no sentido de uma orientação comunista, afastando o risco do reformismo que pairava sobre todo o movimento socialista naquele momento.

É neste sentido de um reencontro do movimento socialista italiano com as questões concretas da vida da classe trabalhadora, com vistas à criação de uma nova cultura que

Gramsci propõe a renovação do PSI na direção de um partido revolucionário, homogêneo e coeso, com doutrina, tática e disciplina rígidas e com um importante trabalho de educação de “consciências revolucionárias”. No entanto, esta posição de Gramsci começava a perder força dentro do PSI. Havia uma crise interna no partido e se configurava com mais clareza uma condição inconciliável entre suas várias tendências. Começavam a se formar, com mais organicidade, grupos comunistas no interior do partido, que, funcionando com mais vitalidade, assumiam, em algumas fábricas, o governo de classes. Gramsci acreditava que a tendência era que estes grupos iriam se expandir no interior do partido até conquistarem sua direção, transformando sua figura histórica e eliminando, de vez, seus restos reformistas.

Gramsci, que participou ativamente do movimento de ocupação das fábricas, estava também bastante envolvido com a preocupação de fazer avançar, no interior do partido, a cultura e os grupos comunistas, fazendo-os conquistar a direção do PSI e de todo o movimento da classe trabalhadora italiana naquele momento. No entanto, a ocupação das fábricas não se expande como um grande movimento nacional e, ao fracassar em Turim, recoloca o problema da ação reformista e parlamentar do Partido Socialista, trazendo, com mais clareza, a intenção de ruptura dos grupos comunistas e de fundação de um novo partido. Além disso, o fracasso do movimento turinense coloca em pauta outra questão, que será central no debate gramsciano pré-cárcere: a restauração do Estado na Itália pela reação neoconservadora do fascismo.

Compõe-se, assim o novo quadro de questões demarcadas por Gramsci neste período. Em primeiro lugar, a ruptura com o PSI e a formação do PCI. Em segundo lugar, a reação capitalista e o fascismo na Itália.

A partir da crise interna do PSI e da fundação do PCI, em 1921, Gramsci reconhecia, neste último, a necessidade de assumir uma postura de defesa do Estado operário, devendo retomar o trabalho de orientação e de educação política abandonado pelos socialistas, refundando, em bases inclusive culturais, a perspectiva revolucionária mais ampla, capaz de ultrapassar a orientação parlamentar. Entre as expectativas gramscianas para a atuação do PCI, está a tentativa de se recuperar a importância dos conselhos de fábrica como o organismo de poder operário sobre os meios de produção.

Segundo Gramsci, é no terreno deste controle que burguesia e proletariado lutam para conquistar a posição de classe dirigente das grandes massas populares. Ao assumir esta posição, a classe operária encontra bases concretas para iniciar o trabalho positivo de

organização do novo sistema econômico e social. Esta luta, portanto, é revolucionária e só será levada adiante quando a classe operária conseguir elevar sua consciência em torno de sua autonomia e de sua personalidade histórica. Desta forma, Gramsci expõe, claramente, a relação intrínseca entre cultura e política que, de forma tão intensa, caracteriza sua produção teórica, sobretudo no período do cárcere.

Neste sentido, o Partido Comunista incorpora, para Gramsci, o instrumento capaz de congrega as inúmeras lutas particulares da classe operária em uma luta, mais ampla, iluminada por um grande objetivo final. Assim, através da ação do PCI, Gramsci visualiza uma maturidade material e moral do proletariado, capacitando-o a assumir concretamente um novo poder, que não será conquistado e exercido através dos organismos do Estado burguês. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a necessidade de desenvolver e consolidar as primeiras teses do PCI junto à classe trabalhadora italiana, Gramsci estará neste momento voltado, também, para elaborar uma crítica aos elementos fascistas que começam a ganhar força na sociedade italiana. Em oposição aos socialistas, Gramsci reconhece o risco de um golpe de Estado pelos fascistas e propõe que os comunistas respondam a ele com a insurreição, com a condução do povo em armas até a criação do Estado operário. Gramsci reconhece o fascismo como um movimento em escala internacional que, diante da guerra imperialista que arruinou as forças produtivas, buscava, através da coerção, solucionar a unidade de crises nacionais que se construía.

Gramsci reconhece na ascensão do fascismo também um marcante elemento cultural. Para ele, esta experiência política revela a decomposição da sociedade italiana, expressa costumes e tradições que se identificam com a psicologia bárbara e anti-social de alguns estratos do povo italiano, que sempre deram à luta de classes um caráter extremamente violento. Assim, para o autor, a luta contra o fascismo é uma luta também cultural, a ser levada adiante pelo comunismo, garantindo a estes estratos populares a convivência com uma nova tradição, com uma nova educação, com um Estado, bem organizado e bem administrado, sustentado por outras relações, princípios e valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, a produção de Gramsci neste momento estará construída em torno deste grande enfrentamento, qual seja, entre diferentes projetos que se pretendem dominantes e

dirigentes da classe trabalhadora italiana. Por um lado, o debate com o PSI, do qual os comunistas haviam se desligado e que aderira, cada vez mais, a uma perspectiva reformista, enxergando o inimigo não mais na burguesia, mas nos comunistas e na possível concorrência em torno da conquista da classe trabalhadora. O principal elemento de polarização será a organização do proletariado em sindicatos ou em conselhos, sendo que Gramsci reafirmará que os últimos são os grandes parlamentos operários, com a função de transformar as velhas relações organizativas rompendo com o seu burocratismo.

Assim se justificava, portanto, o nascimento do PCI, reconhecido pelos seus fundadores como a primeira organização autônoma e consciente do proletariado industrial revolucionário, que não se deixou iludir pela aparência forte e conciliadora do Estado burguês. Gramsci apostava na necessidade de o PCI realizar um amplo e efetivo trabalho cultural e político junto ao proletariado para efetivamente fazer dele um partido das mais amplas massas, o que ainda não havia acontecido devido à grande desmoralização e abatimento, após o fracasso da ocupação das fábricas.

Mais uma vez está presente a percepção gramsciana de que o partido político é o grande intelectual orgânico, responsável pela condução de uma luta econômica e política que não pode estar desvinculada da luta ideológica e cultural. Esta perspectiva será desenvolvida ao longo de todos os Cadernos do Cárcere e, com base nela, Gramsci já começa, pouco antes de ser preso, seu exercício de crítica aos rumos que o Partido Comunista Russo vinha dando para o movimento revolucionário internacional, ao assumir uma visão autoritária e vanguardista do partido, confundindo centralização com obediência e submissão.

Em outras palavras, seus últimos anos de liberdade constituem um momento em que Gramsci, precocemente, percebe a degeneração da experiência russa. Além da crítica à condução política do “Estado dos soviets” e às contradições nas novas medidas econômicas implementadas na URSS, Gramsci manifesta seu descontentamento com o que poderíamos chamar de “orientação cultural da Revolução Russa”: a unidade e a disciplina tornaram-se mecânicas, diante de um cenário onde a adesão das massas tornou-se um processo imediato, não confirmado a cada nova ação política. A unidade do Partido Comunista, na Rússia e em todo o mundo, estaria ameaçada por uma “unidade de fachada”.

Sendo assim, parece-nos claro que Gramsci encerra seu momento de militância política mais direta com questões essenciais para sua produção mais madura, as quais envolvem uma compreensão da cultura como elemento de crítica e de organização. Este será o

grande legado gramsciano neste período pré-carcerário, para o debate acerca da cultura no interior da tradição marxista: a certeza de que este elemento é fundamental para o processo de organização revolucionária, para a instauração de um novo modo de viver, de pensar e de agir, vinculado ao projeto societário de emancipação da classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

BARATTA, Giorgio. Antonio Gramsci: entre a Itália e o Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOTTOMORE, Tom (edit.) Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUEY, Francisco Fernandez. Gramsci no mundo de hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Gramsci; um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Marxismo e Política. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, Giuseppe. A vida de Antônio Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORGACS, David & NOWELL-SMITH. Selections from Cultural Writings. Londres: ElecBook, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cartas do Cárcere. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Cartas do Cárcere. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Escritos Políticos. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Escritos Políticos. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil; ler Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl & Engels, Friedrich. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, Giovanni. Tornar-se dirigente; o projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado; novos consensos e novas subalternidades. In COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA, Carlos A. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. Revista Educação e Pesquisa., n. 01, 1999. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/edp/edp25/edp25n1_04.pdf> Acesso em 27 de abril de 2006.

ZILBERMAN, Regina. O nacional-popular na era da globalização; revendo idéias dos anos 70. Revista Semear, Porto Alegre, n. 5, 2001. Disponível em <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/5Sem-14.html>. Acesso em 17 de maio de 2006.